COORDECO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ICSA

TEXTO DE DISCUSSÃO DISCENTE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UMBANDA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ECONÔMICA DO SEU NASCIMENTO E LEGITIMAÇÃO SOCIAL ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E MEADOS DO SÉCULO XX

Carol Melo

Edição número 04 – setembro de 2022

UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

UMBANDA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ECONÔMICA DO SEU NASCIMENTO E LEGITIMAÇÃO SOCIAL ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E MEADOS DO SÉCULO XX[1]

Carol de Paula Mello[2]

INTRODUÇÃO

A Umbanda no Brasil, datada em 1908, surge em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, através de Zélio de Moraes, se manifestando com uma religião intrinsicamente brasileira, a partir da sintetização das práticas religiosas afro-brasileiras, cristãs e espíritas. Sua formação acontece em meio a um período de grande transformação no país, onde os processos econômicos e sociais da época, como a abolição da escravatura e o início da industrialização e urbanização, são determinantes para seu surgimento e legitimação como uma religião criada para amparar o trabalhador urbano a enfrentar as dificuldades da exploração capitalista, entre o fim do século XIX até meados do século XX.

É nesse contexto que a monografia que baseou esse artigo se propôs a estudar a Umbanda enquanto a religião que se forma diante do processo de transformação social e econômica que ocorria entre o fim do século XIX e meados do século XX no Brasil. Ademais, analisou-se o papel que esta fé se presta a desempenhar junto ao trabalhador urbano, no Brasil. É importante entender que a Umbanda não é um simples sincretismo, mas resultado de uma sucessão de acontecimentos tanto no campo religioso como no campo social e econômico.

O objetivo central desse trabalho foi de avaliar o surgimento da Umbanda em função de um momento especifico de expansão das desigualdades socioeconômicas a partir dos processos, que ocorriam à época. A metodologia empregada deu-se através de pesquisa bibliográfica, priorizando a utilização de argumentos de natureza teórica. Propôs-se, assim, a entender como a Umbanda supre as necessidades físicas e emocionais do trabalhador urbano, ajudando a enfrentar as condições precárias em que viviam.

---

[1] Texto de discussão do trabalho de conclusão de curso/monografia de mesmo título, que foi em maio de 2022, sob a orientação da docente Rubia Wegner, lotada no Departamento de Ciências Econômicas, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFRRJ.

[2] Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – defendida em de maio de 2022.

1 – A INDUSTRIALIZAÇÃO E O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX.

A partir da segunda metade do século XIX ocorreu um desenvolvimento de sucinta indústria, principalmente no setor têxtil, no entanto, limitada a pequenos mercados. É a partir do último decênio do Império que a indústria começará a se consolidar.

Ao mesmo tempo, a conjuntura favorável pela qual a produção cafeeira passava no período proporcionou larga disponibilidade de mão de obra livre. Por um lado, devido à imigração, por outro, em virtude do movimento que ocorreria em favor do abolicionismo. Dessa forma, a economia cafeeira criou as condições necessárias para o nascimento da indústria, pois gerou massa de capital monetário apto a se tornar capital produtivo industrial; a transmutação da força de trabalho em mercadoria e, por fim, estimulou a constituição de um mercado interno.

Em 13 de maio de 1888, ocorria a abolição da escravidão, a partir da assinatura da Lei Áurea, e em curto prazo de tempo ocorria a Proclamação da República, em 1889. Na última década do século XIX, ocorre uma conjuntura muito propícia à expansão da produção cafeeira. O efeito fomentador da grande inflação de crédito possibilitou o crédito vital para o financiamento às aberturas de novas terras e aumentou o preço do produto em moeda nacional a partir da depreciação cambial. Por fim, a descentralização da república permitiu que o governo de São Paulo abordasse mais amplamente o problema da imigração.

Assim o capital industrial, de acordo com Cardoso de Mello (2009), formou-se a partir da acumulação de capitais no setor cafeeiro, primeiramente ao empregar capital tanto na produção e beneficiamento do café quanto nas atividades comerciais, bem como em serviços financeiros e de transporte que se encontravam no segmento urbano.

O Brasil produzia três quartos de toda a oferta mundial de café, isso viabilizou a manipulação da oferta de café, os empresários passaram a contrair artificialmente a oferta. Em 1906, foi celebrado o convenio que definiu as bases da política de “valorização” do produto. Nessa política o governo compraria os excedentes do produto a fim de equilibrar o mercado e essa compra seria financiada com empréstimos estrangeiros, para custear tais empréstimos um novo imposto foi cobrado em ouro sobre a saca de café, além disso, os governos deveriam desencorajar a expansão das plantações (FURTADO, 2007).

A política de valorização do café se mostrou exitosa, no entanto, deixara sem solução a problemática em questão, a compra das sacas de café não permitiu que seus preços baixassem, sendo assim, os produtores continuaram a manter seus lucros. Por outro lado, a manutenção da valorização do café foi muito propicia ao setor industrial ao preservar a taxa de acumulação dos meios de produção.

As condições de acumulação do setor cafeeiro foram altamente incitantes na década de 1920. Por um lado, cresciam os mercados centrais em decorrência da prosperidade das nações industriais, por outro, recorreu-se à "Valorização" do café durante todo o período. O desenvolvimento industrial na década de 1920 foi contemplado por intensa modernização da indústria de bens de consumo assalariado.

No entanto, com o crash da bolsa em 1929, o complexo exportador cafeeiro passa por uma crise, resultado das supersafras do café. Apesar da crise de 29, o crescimento econômico continuou, só que em proporções menores. O processo de globalização pareceu retroceder. Os Estados Nacionais adotaram posturas protecionistas, como barreiras de entrada a produtos no mercado interno.

A depressão gerou consequências severas à economia brasileira, no entanto, não fora nefasta. E a recuperação pode ser considerada rápida, principalmente, quando comparada a de outros países. Isso se deve ao papel desempenhado pelo Estado que garantiu a remuneração do café a preços internos.

No entanto, a repercussão da crise de 1929 demonstrou grandes deficiências do modelo primário-exportador. A tal crise, explicitou a grande dependência do país em relação ao comercio internacional para com a estabilidade econômica exterior. E isso levou à conclusão sobre a necessidade do Brasil alterar seu modelo econômico. Até então, O desempenho econômico dependia basicamente do preço internacional do café, que por sua vez, dependia de fatores externos.

Em 1930, a superprodução de café convergiu com uma das maiores crises mundiais da história, o que levou a uma enorme queda no preço do café e obrigou o governo a interferir novamente via desvalorização cambial e valorização do café, isso com o intuito de resguardar o setor cafeeiro e o nível de emprego e renda na economia. Isso fez com que ficasse clara a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento agroexportador e trouxe à tona a necessidade de industrialização, que passava, a partir daquele momento, a ser prioridade nacional.

Nesse mesmo período, surge um movimento político-militar, composto por grupos saídos do movimento tenentista, antigas oligarquias brasileiras e jovens lideranças

urbanas, que se sentindo desfavorecidos e descontentes com a política econômica que, até então, privilegiava as atividades do café, deram início a uma revolução, posteriormente conhecida como a Revolução de 1930. Assim, liderados por Getúlio Vargas e pautando-se na oposição ao domínio da oligarquia paulista, derrubaram o governo de Washington Luís e impediram a posse de Júlio Prestes, para o qual Vargas tinha perdido as eleições, assumindo o poder e dando início ao governo provisório, que durou até 1937.

Após essa revolução, o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira foi a solução encontrada como resposta à crise. Nesse deslocamento, a demanda externa deixa de ser a determinante da renda nacional, que passa a ser a atividade voltada para o mercado interno, primordialmente o consumo e o investimento doméstico. Ao longo dessa década, o setor industrial expande-se, enquanto o setor agrícola perde espaço na geração de valor adicionado na economia.

O Estado teve sua participação na economia aumentada, incumbido de gerar a infraestrutura básica necessária e a captação e distribuição de poupança. Por outro lado, o processo de substituição de importações elevou o grau de concentração de renda. Isso porque gerou um êxodo rural, formado pelo desincentivo à agricultura que se somava a insuficiência de geração de emprego no setor agrário e a inexistência de legislação trabalhista para o trabalhador rural. Além do mais, o próprio caráter de investimento em capital intensivo não promoveu geração de emprego suficiente para toda a oferta de trabalho que se encontrava disponível, o que mantinha o nível dos salários baixos.

Mesmo que o setor agrícola tenha perdido parte de sua participação na renda, foi de suma importância para a industrialização no Brasil, com o êxodo rural que liberou mão de obra gerando o excedente de mercado de trabalho necessário à indústria, para que os salários não se elevassem; forneceu alimentos e matéria prima para o setor urbano e industrial, apesar de ter gerado choques de oferta e, consequentemente, inflação. Com as exportações centradas no setor agroexportador, houve a geração de divisas necessárias ao setor industrial pata realizar as importações de equipamentos e maquinários e ainda foi essencial na transferência de capital ao investir no setor industrial. O próprio setor foi, também, consumidor do mercado industrial ao comprar maquinários como tratores e outros. Além disso, passou a se diversificar ao longo dos anos do processo industrial no país.

A industrialização e urbanização no Brasil marcam uma quase refundação da nação a partir de transformações sociais e políticas como abolição da escravatura e a Proclamação da República. Assim, a economia brasileira muda de um modelo

agroexportador para um modelo de substituição de importações com produção para consumo doméstico, ainda que o setor agroexportador não tenha deixado de ter um papel importante na economia: dele dependem a capacidade financeira para financiar os investimentos no setor industrial e a liberação de mão de obra para aquele, o que possibilitou a criação de um mercado de consumo interno para os bens provindos daquelas indústrias que se formavam.

A indústria brasileira nasce com trabalhadores, em grande parte que trabalharam a vida toda no campo, em atividades agrícolas, e em grande parte, constituía massa de ex-escravos, isso quer dizer que os trabalhadores não estavam acostumados com a rotina do trabalho industrial e não tinham qualquer formação. Se não tinham formação, também não tinham nenhum tipo de seguridade, ou seja, não tinham acesso à saúde, ou segurança do trabalhador e muito menos direitos.

2 – URBANIZAÇÃO E AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO TRABALHADOR BRASILEIRO URBANO

As primeiras indústrias se formaram no Brasil no século XIX, em um cenário escravista, desta forma, apesar da atividade no período ser desfavorável, a indústria tinha tanto trabalhadores livres como escravos em um mesmo ambiente, a indústria nacional com elevado conteúdo importado se organizava sob um sistema capitalista de produção, sem abandonar por completo a mão de obra escrava.

O regime escravista não fortalecia o mercado interno de bens e produtos, pois não gerava demanda desses. Além disso, nem sempre os trabalhadores livres e dispostos a trabalhar no setor industrial nascente conseguiam receber um salário em troca de sua força de trabalho, muitas vezes recebiam vales para trocar por bens nos armazéns das indústrias, armazéns estes que em virtude de seu monopólio praticavam preços mais caros sobre esses produtos. Seguiu-se a uma estrutura heterogênea quanto à renda, à produção, emprego, em que o grau de uso da força de trabalho se condicionou pelo ritmo regional do desenvolvimento econômico.

Parte dessa estrutura heterogênea se deve a forma como se sucedeu a abolição e o modo como o negro se integrou a sociedade capitalista. A revolução abolicionista, apesar de todo o seu conteúdo humanista e moral, acabou por eclodir como um processo histórico contra o antigo regime por um viés de interesses primordialmente econômicos, mas em

acréscimo de valores sociais e políticos da classe dominante, ainda que o negro tenha participado do processo de forma intensa e atuante, não deixou de ser massa de percussão. Ademais, mesmo entre os abolicionistas, os negros eram vistos como incapazes de agir de forma consciente para a obtenção de suas reivindicações.

A abolição no Brasil ocorreu sem que o negro recebesse nenhuma garantia ou proteção, tampouco lhe garantindo meios de entrada no sistema de trabalho livre. De forma que o negro repentinamente passou a ter para si a responsabilidade de si mesmo e de seus dependentes, mas sem que tivesse qualquer meio material e moral para se enquadrar em uma economia competitiva.

O negro acaba por se defrontar com o imigrante, que não temia qualquer degradação com o negro e absorveu as melhores oportunidades de trabalho livre e independente, pegando pra si até mesmo as atividades mais modestas como vendedor de quinquilharias, engraxate e outros. Dessa forma, nos fins do século XIX, todas as posições estratégicas de cunho comercial estavam mobilizadas pelos brancos nacionais ou imigrantes, o que em alguns casos os levou a pequenas ou até mesmo grandes fortunas.

Em suma, o negro foi largado ao próprio destino, tendo que se reeducar e adequar aos novos padrões do sistema capitalista e republicano. Além disso, isolado, teve de buscar meios de integração com a parcela da sociedade a que se encontrava envoltos, o que explica a formação do samba e dos terreiros.

Por outro lado, à medida que as leis abolicionistas avançavam o Brasil foi realizando medidas para atrair estrangeiros para trabalhar no país onde havia carência de mão de obra gerada pela “ausência” da mão de obra escrava, ao mesmo tempo, ocorreu um tráfico interno de escravos das áreas menos abastadas para o sudeste, o que gerou um inchaço demográfico no Rio de Janeiro. Segundo o Recenseamento do Brasil de 1920, a população do Estado do Rio de Janeiro entre 1890 e 1920 aumentou em aproximadamente 775 mil habitantes.

Entre o final do século XIX e início do século XX, o Rio de Janeiro devido à precariedade sanitária, vivenciava surtos epidêmicos de doenças como febre amarela, tuberculose, disenteria e outros. O centro urbano era um espaço onde coexistia uma diversidade de classes sociais que ia dos mais “pueris” cavalheiros e damas da elite aos ambulantes e ex-escravos. Obviamente, as oportunidades de trabalho não eram igualitárias, sendo os negros os mais frágeis naquelas relações. Segundo Silva (2018), a insalubridade estava associada à falta de distribuição de água e esgoto, falta de pavimentação das ruas e para alguns sanitaristas, a existência dos cortiços, posto que as

classes dominantes culpassem aqueles estabelecimentos e mais diretamente aos negros pela proliferação de doenças.

Deste modo, deu-se início ao processo de derrubada dos cortiços com a justificativa de abrir as vias e estradas para circulação de mercadorias e pessoas, assim como limpeza do espaço urbano, concedendo espaço para construção de negócios e instituições. A cidade passa por diversas obras que rompiam com a arquitetura e estigma colonial, e colocava no lugar uma arquitetura urbanizada, com utilização de trens e bondes, mas o mais importante para os higienistas acabava com as habitações indesejadas e insalubres.

O fomento à vinda de europeus ao Brasil tinha como objetivo um embranquecimento da sociedade, com a Abolição de 1988, muitos negros tinham se dirigido para os centros urbanos e ocupavam aquele espaço, o que era mal visto para as elites. Os europeus imigrantes ao contrário dos negros eram vistos como aqueles com alta civilidade e dedicados ao trabalho de forma que substituiria o ex-escravo. O negro, dessa forma, em geral não conseguia se integrar ao mercado de trabalho, ficando sempre a margem da sociedade, oprimido e considerado até mesmo um risco a ordem pública foi empurrado para os morros. Todo esse projeto de Pereira Passos culminou em um processo de favelização e segregação socioespacial.

No entanto, a ocupação dos morros pelos negros, apesar de todos os males e falta de infraestrutura gerou laços culturais e um sentimento de território negro para aqueles que lá se encontravam.

Por outro lado, as condições de vida do Trabalhador eram ínfimas, as primeiras fábricas se concentraram nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e basicamente se restringiam aos bens de consumo não duráveis, como alimentos e tecidos. Nessa indústria insipiente os trabalhadores livres trabalhavam juntos aos escravos e em condições análogas a escravidão.

Dessa forma, o trabalhador brasileiro, sem deter qualificação e organização, enquanto classe social por um período longo foi incapaz de reivindicar melhores condições de trabalho. As condições gerais de trabalho nas fábricas industriais eram insalubres, com baixa ventilação e iluminação. Os operários não tinham equipamentos de segurança, os expondo a acidentes de trabalho e risco de vida, além disso, estes trabalhadores não gozavam de nenhum direito de auxílio em caso de invalidez. Como os salários eram insuficientes para a manutenção material de vida das famílias, mulheres e

crianças precisavam trabalhar nessas condições precárias, estas sofriam abusos e salários ainda mais ínfimos com horários ainda piores.

O abuso de poder era uma constante dentro das fábricas, a ausência de legislação referente às relações de trabalho e silêncio por parte do poder público permitiam a imposição de leis, normas e regulamentos internos nas fábricas. Os industriais conseguiam, dessa forma, estabelecer baixos níveis de salários e largas jornadas de trabalho, inclusive exigindo horas extras sem pagamento por estas. Não raro, seus funcionários atingiam a exaustão. Sem regulamentação do trabalho, os industriais podiam inclusive admitir e demitir os funcionários sem qualquer aviso prévio ou indenização, essa situação dentro da indústria, avalia-se, assemelhava-se a da escravidão.

Por outro lado, os bairros onde esses operários moravam estavam localizados nas proximidades das fábricas, geralmente em morros nos quais não havia qualquer infraestrutura, sem calçamento, saneamento básico e iluminação, como é o caso do Morro da Providência e o Morro do Salgueiro, localizados no Rio de Janeiro. As faltas de estrutura mínima, somada à alimentação inadequada, devido ao baixo poder de compra do trabalhador, e à exploração nas indústrias propiciavam a incidência de doenças como tuberculosa, disenteria, febre tifoide e outras.

A baixa escolaridade dificultava o acesso à informações de prevenção de doenças. Mesmo nos casos em que as crianças conseguiam instrução pública, as ocorrências de abandono para trabalhar ou cuidar os irmãos menores eram altas. Até 1890, segundo o Recenseamento de 19209 , no Estado do Rio de Janeiro de um total de aproximadamente 877 mil habitantes, 743 mil não sabiam ler nem escrever, do que corresponde a dizer que nesse período cerca de 80 por cento da população era analfabeta.

Todo esse meio de doença, miséria, exploração e de ausência de política pública iria gerar em algum momento revolta. Levando a uma organização do Movimento Operário Brasileiro, algumas greves ocorreram ainda no início do século XIX, tendo sido no Rio de Janeiro em 1902 a primeira greve significativa, essa greve reivindicava aumentos de salários.

Segundo Decca (1996), a partir da greve de 1902, eclodiram no Rio de Janeiro e em São Paulo, diversas greves posteriores como a greve geral interprofissional também no Rio de Janeiro em 1903, a de 1904 dos portuários de Santos, em 1906, a dos ferroviários em São Paulo. Em 1907 ocorreu em no Estado de São Paulo outra grande greve que defendia a jornada de 8 horas, essa greve que começou nos setores da construção civil e nas indústrias alimentícias e de metalurgia, acabou sendo aderida

posteriormente por outros setores, como o de limpeza pública e o de operários têxteis, no entanto somente alguns setores conquistaram parcial vitória.

3 – UMBANDA: A MACUMBA EMBRANQUECIDA

São justamente as transformações sociais que ocorrem no período, que fizeram mudanças vitais na cultura, crença e valores das práticas afro-religiosas. Dessa forma, a umbanda nasce em conformidade com ideais entendidos como legítimos na sociedade do período, para isso ela se afasta das macumbas, práticas negras e ilegítimas, na visão da sociedade, se aproximando dos valores católicos. Passando por um sincretismo religioso que, de certa forma, não passa de uma síntese aprimorada das diversas religiões do país.

Para entender essa integração social da umbanda, é necessário entender a mudança cultural que ocorreu no período. Ianni (2000) observa que é sintomático que em uma sociedade que viveu séculos de escravidão, onde o trabalho é visto como uma atividade subalterna, na dissolução da escravidão, enquanto o negro tem que abandonar a cultura do trabalho escravo e se adequar à atividade de trabalhador livre, a imigração é intensificada no intuito de embranquecer a sociedade, a visão sobre o trabalho é planejadamente redefinida, conferindo a ele o sinônimo de dignidade, simultaneamente a isso, é nesse processo em que ocorre um amplo processo psicossocial, ideológico e sociocultural com intuito de inferir dignidade ao trabalho e ao trabalhador. Na concepção de Ortiz (1999), há uma constatação de que o surgimento da religião Umbanda acompanha o estabelecimento da nova sociedade urbano-industrial e de classe no país. Dessa forma, as transformações sociais correspondem às culturais, e nesse sentido, observa-se que as práticas e crenças afro-brasileiras se modificam de forma a se ressignificar dentro da sociedade global brasileira, acompanhando inclusive o que o mercado de trabalho institui.

. A Umbanda rompe com a ideia do afro-brasileiro, ela se entende como uma religião autenticamente brasileira, ela se quer assim, ela vai corresponder justamente à integração daquelas práticas afro-brasileiras na sociedade moderna brasileira, isso não significa, entretanto, que haverá ausência dos negros nessa prática, ao contrário, mas, essa religião que se forma não se entende e tão pouco é entendida pela ideia simplista de sincretismo religioso, mas uma síntese da sociedade brasileira do período, de formação endógena, inclusive, boa parte de seus chefes de tenda são brancos ou mulatos de classe média, ou seja, observa-se que nessa religião há um pensamento muito mais

embranquecido, uma cultura branca e luso-brasileira, estamos falando nesse caso, de pessoas que tiveram mais oportunidade, inclusive quanto à cultura mínima e letramento suficiente para estudar livros espiritas, católicos e de cultura africana.

A partir da Abolição e da proclamação da república, o processo de formação da identidade brasileira – marcada pela presença do indígena, do afrodescendente e do europeu – passou a se formar, essa construção de identidade brasileira foi marcada por dois paradigmas. De acordo com Simas (2021), o primeiro era o de branqueamento racial, com apoio de segmentos mais favorecidos, buscava apagar da história do Brasil a presença dos afrodescendentes, que ocorreria via imigração do europeu e pela eliminação das práticas cotidianas de negro (a forma de rezar, de comer, festejar e louvar seus deuses). O segundo, adeptos da mestiçagem, acreditava que os dilemas e horrores da formação histórica brasileira teriam sido sanados pela criação da cultura mestiça, provinda dos indígenas, afrodescendentes e europeus. No entanto, apesar de reconhecer aquelas culturas, colocava a cultura "branca" em patamar superior, mantendo a hierarquização dos saberes.]

Nesse sentido, é justamente o negro e o mulato que conseguiram criar ou manter algum prestígio social, e ter acesso à informação e educação que vão buscar se embranquecer, e nesse sentido, embranquecer sua fé e ritos.

Apesar da alta taxa de mortalidade no negro e o processo de mestiçagem terem acelerado o processo de embranquecimento, esse não foi o único motivo para o embranquecimento da população, posto que a previsão da desagregação do sistema escravocrata trouxe problemas de mão de obra que foram solucionados a partir das correntes imigratórias para o país. Esses imigrantes passam a instalar residência nas áreas urbanas e com industrialização, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A aglomeração de imigrantes naqueles Estados, em parte, explica o embranquecimento da população na região, a imigração de europeus para o Brasil diminuiu a parcela de população negra no país. No entanto, o embranquecimento ou aumento percentual da população branco em detrimento da negra não é o fator mais importante para o embranquecimento que ocorre na Umbanda, mas sim a dominação simbólica do mundo "branco" sobre o mundo "negro".

Nesse sentido, a Umbanda pode ser entendida como uma forma de organização social em uma distopia na sociedade, pois ao mesmo passo que consegue ainda trazer parte da cultura afro-brasileira, ela se integra a sociedade se transformando em refúgio

para aqueles negros que precisam se integrar e aceitar o modus operante da nova sociedade.

No mesmo período em que ocorria a desagregação do sistema socioeconômico anterior, com novos valores sociais, aparecia a Umbanda em seu estado larvar, dessa forma, a mesma incorpora em seu íntimo as novas diretrizes sociais e econômicas, tornando-se uma religião urbano-industrial, com seus valores entrelaçados aos daquela nova sociedade. A Umbanda rompe com o antigo sagrado simbólico e reinterpreta aquelas tradições. Para Ortiz (1999), a formação da Umbanda está intimamente relacionada às transformações sociais e é um fruto dessas.

Dessa forma, a Umbanda conservou parte das práticas afro-brasileiras, mas para isso as reinterpretou, codificou e normalizou a religião, esse trabalho de reinterpretação das práticas negras para os novos valores da sociedade teria sido realizado justamente por intelectuais brancos e negros de "alma branca". Ortiz (1999) considera que a Umbanda não é um culto negro, mas um culto do proletariado de sangue negro escravizado. É uma fé que se adequa a sociedade e para tanto passa por um duplo movimento, o de embranquecimento que nada mais foi do que a aceitação dos negros aos valores impostos pela sociedade branca, assim com a recusa de qualquer coisa com forte conotação negra e, por fim, uma forte vontade de embranquecimento por parte dos negros. Por outro lado, um movimento de empretecimento, que não estava relacionado a uma valorização da cultura negra, mas a uma simples aceitação do negro e a um movimento em direção às crenças afro-brasileiras por uma pequena parcela social branca.

Ocorreu nos fins do século XIX uma penetração do espiritismo em camadas e classes mais baixas da sociedade, logo, essa prática se configurou entrelaçada à magia, e passou a ser chamada de baixo espiritismo, ou ainda de macumba carioca, organizadas em sessões espiritas frequentadas geralmente por mulatos e imigrantes. O imigrante, apesar de muitas vezes estar em uma posição de mais privilegiada em relação aos negros e mestiços, assim como estes também deverá se adequar à realidade da classe trabalhadora que se forma naquele período, ademais, como observado no capítulo anterior, com a Lei Adolfo Gordo, aquele imigrante se vê inibido de se manifestar politicamente com movimentos de greve, o que pôde fazer com que parte daqueles imigrantes buscassem uma fé que os aceitasse com suas simpatias

As sessões passam a ser realizadas dentro de casas, com alguma reprodução das antigas casas de Candomblé, mas reinterpretando-as para as necessidades de um público que vive uma nova condição social em uma realidade urbano-industrial. Dessa forma, o

altar é modificado, são retirados os espaços de sacrifício animal, as imagens ali colocadas são de santos católicos que representarão os Orixás, como São Jorge que representará Ogum. Assim, as práticas do Candomblé são simplificadas e transformadas na macumba carioca. O foco não é mais o Orixá, mas os espíritos falangeiros. O imigrante, que afastado de sua cultura, penetra nessa religião e muitas vezes se apodera até mesmo da sua chefia, traz contribuições que por vezes complicarão e enriquecerão a macumba carioca, os procedimentos mágicos que carregam começam a fazer parte das práticas antes afro-brasileiras a fim de elevar sua eficácia, desse modo, passam a fazer parte do acervo cultural mágico das macumbas cariocas as estrelas de David, livros de astrologias, talismãs e insígnias cabalísticas.

De acordo com Ortiz (1999) o espiritismo trazido ao Brasil em 1853 com suas "mesas girantes", rapidamente se afasta do pensamento racionalista de Allan Kardec. Em 1973 a palavra de ordem da Sociedade Espírita do Grupo Confúcio era "sem caridade não existe verdadeiros espíritas", com isso a religião passou a aplicar passes aos doentes e o espiritismo passou a ter uma tendência terapêutica. Dessa forma, o médium torna-se um curandeiro. O espiritismo passa a ter uma qualidade de consolo dos sofrimentos e moléstias, é dessa forma que penetra nas classes sociais mais baixas, e alguns dos espíritas dirigem-se para as crenças afro-brasileiras, apropriando-se delas.

Dessa forma, a Umbanda consegue sintetizar e integrar três tradições diferentes (afro-brasileira, catolicismo e espiritismo) ao mesmo passo que se distancia delas como um sistema religioso novo; dessa forma, conseguiu formar um novo cosmo religioso, no entanto, essa cosmologia religiosa em seu início não foi a mesma em todos os tempos da religião, criando um desacordo entre seus intelectuais, que mais tarde seria trabalhado em eventos da religião a fim de integrá-la e a legitimar, mas nunca inteiramente definida, dado que a religião está em constante transformação.

O mundo sagrado da Umbanda "branca", impregnado de racionalidade, é uma forma de adequação à vida urbana. Constitui uma alternativa de adaptação ao estilo de vida urbano, com ritos e valores que permitem àqueles indivíduos uma possibilidade de afrontar os paradigmas da sociedade, já a racionalidade inserida na Umbanda, está intimamente relacionada, e é fruto, da camada de intelectuais urbanos adeptos a religião.

Enquanto a Umbanda se caracteriza pela integração à sociedade, a macumba é caracterizada pela sua marginalidade ao sistema social, e é por isso que ela vai crescer dentro das favelas cariocas.

Por outro lado, a Umbanda também se digladiará e se afastará das práticas afrobrasileiras, em especial do Candomblé. Os rituais afro-brasileiros chocavam-se com as necessidades da reprodução capitalista com seus longos períodos de reclusão considerados incompatíveis com o tempo de trabalho exigido e prescrito pelo mercado capitalista. Os elevados custos com as cerimônias que eram encarecidas pelos sacrifícios de animais, festas, confecção de roupa para a saída do santo com as quais o filho de santo deveria arcar e principalmente a periodicidade daquelas obrigações que ao levar sangue de animais, posto que é o sangue que separa o profano do sagrado no culto de Candomblé, o preço dos animais atrelado a dificuldade de reprodução desses em meio urbano encareciam o culto, o que fez com que a Umbanda se torna-se mais "vantajosa" no sentido financeiro.

Dessa forma, enquanto o Candomblé é acusado de ser um gasto desnecessário e de explorar a credulidade popular, a Umbanda se opõe por meio de sua caridade gratuita se colocando como uma solução àqueles gastos e ao sacrifício animal. Por outro lado, na Umbanda não há reclusão, nela o culto ocorre geralmente durante a noite, após o horário de trabalho, se integrando harmoniosamente ao cotidiano do trabalhador.

No entanto, a questão do sacrifício, na concepção de Ortiz (1999), não se trata apenas do quesito financeiro, mas também do ideológico, trata-se de valores da sociedade global. O sacrifício, as oferendas e o ritual afro-brasileiro, são considerados pela ótica Umbandista: atraso, ignorância, maldade, por fim, práticas negras e de negros. Nesse sentido, o negro deve se embranquecer e aquelas práticas mágicoreligiosas devem ser combatidas, pois não se adequam aos novos valores da sociedade moderna. Desse modo, é proibido na Umbanda, tudo aquilo que se relacione a práticas mágico-religiosas: o sacrifício, a pólvora, tambores e marafos. Os valores de classes se manifestam com as primeiras federações sendo dirigidas por pessoas de classe média, com fortes valores de limpeza e boa apresentação sendo inseridos no culto de modo a comandar o comportamento e as "boas" práticas do médium.

Dessa forma, em seu processo de legitimação, a Umbanda buscará um status que se adeque aos valores da sociedade brasileira, por isso e para isso, ela recusa as práticas negras, justamente por buscar um status que corresponda aos valores dominantes da sociedade e são esses valores que vão agir na religião como elementos de legitimação. Para tanto, a Umbanda fará uso de três modos de legitimação, são eles a antiguidade da religião que se expressa a partir das origens da fé, o discurso científico onde ela usa da ciência para explicar a religião e por fim, o discurso cultivado, no qual ela vai relacionar

práticas religiosas eruditas, ou “eurocêntricas” para explicar determinadas práticas dentro da fé.

Ademais, como bem debate Simas (2021), o Projeto Nação que foi ancorado na inclusão subalterna de indígenas e negros que valorizava o conhecimento branco em detrimento dos demais, foi levado a diante por décadas, dessa forma, os terreiros estavam sempre expostos a serem denunciados por diversas motivações como pelo curandeirismo que foi proibido no artigo 284 do decreto-lei nº2.848 do código penal em 7 de setembro de 1940 que na prática fazia com que qualquer defumação, banho de erva ou descarrego fosse passível de detenção para seus praticantes. Ou ainda, o decreto-lei nº 3.688 de outubro de 1941 que versava sobre a paz publica e na prática fazia com que aqueles fiéis corressem risco de prisão por perturbação da paz ao tocarem seus tambores ou cantassem em seu culto. Ambas as leis foram muito utilizadas para denunciar os terreiros e seus frequentadores.

Desse modo, é natural que muitos terreiros tenham buscado se adequar às “normas sociais” embranquecidas, se a Umbanda é embranquecida, formalizada e legitimada na sociedade, é justamente porque os trabalhadores buscavam consolo, e primordialmente, integração psicossocial naquela sociedade, se havia uma integração subalterna, para a religião não sofrer tantas dores, ela se adequa, aceita e até busca justificar a sociedade, o trabalho e o capitalismo, mantendo seus frequentadores longe das lutas sociais, apaziguando suas dores, e por fim, suas forças de luta.

CONCLUSÃO

O objetivo desta monografia foi compreender o surgimento da Umbanda a partir da formação do capitalismo, industrialização e urbanização no Brasil, partindo da hipótese de que o processo socioeconômico brasileiro explicaria o nascimento e o modelo de legitimação da Umbanda. Para tanto, a metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica que priorizou a utilização de argumentos de natureza teórica.

No primeiro capítulo foi estudado o processo econômico brasileiro no período entre o fim do século XIX e o início do século XX, período determinante para a formação do capital industrial brasileiro e que explica a mudança de um modelo econômico agroexportador para um modelo de substituição de importações, levando em consideração

a formação de um mercado de consumo interno, assim como os temas: abolição e imigração através da análise econômica.

O segundo capítulo abordou a urbanização e as condições socioeconômicas do trabalhador, para tanto, levou em consideração a forma como a abolição se sucedeu e a integração do negro no novo modelo capitalista de produção; o processo de urbanização e favelização na cidade do Rio de Janeiro; as precárias condições de vida do trabalhador, e por fim, as revoltas urbanas e o modelo de controle paternalista Estatal.

O terceiro capítulo analisou como a transformação econômica brasileira, e consequentemente, social brasileira foi crucial na formação da Umbanda e como essa buscou se integrar e legitimar na sociedade daquela sociedade.

Nesse sentido, a Umbanda e seus dirigentes tenderam a ser imparciais e, ao mesmo passo que, mantém algumas características do culto afro-brasileiro, buscaram sua legitimação no embranquecimento da religião e afastamento das práticas "negras", devido a estigma que a matriz desses cultos carrega historicamente. Dessa forma, a Umbanda aproveitou do projeto de formação da identidade brasileira que, como observado, hierarquizou a cultura branca em detrimento da cultura negra e indígena, para se legitimar como uma religião plenamente brasileira.

Dentro desse processo, a Umbanda incentivará o trabalho urbano e industrial e um modo de vida "adequado" aos seus fieis. Se pondo acima de tudo como uma religião cristã. Mas, sobretudo, a Umbanda é resultado de uma profunda mudança socioeconômica brasileira, onde se alteraram o modus operandi da sociedade, obrigando aqueles negros e imigrantes a ocuparem os mesmos espaços, incluindo os de moradias, que incorreram na favelização, bem como na concorrência das oportunidades de trabalho, onde o negro tinha desvantagem, posto que esse, saiu da senzala deixando de ser escravo sem, de fato, ser considerado cidadão brasileiro. Ambos os grupos passaram por mudanças nas suas perspectivas de vida e buscavam um modo de se integrar naquela sociedade desigual e racista.

Entretanto, durante o processo de abolição não se indenizou aqueles negros, que foram condicionados por três séculos à escravidão, ao contrário, foram largados a própria sorte e, muitos deles, velhos ou feridos, sem qualquer perspectiva de futuro. A sociedade era extremamente preconceituosa e em geral só sobravam a eles os trabalhos mais indignos e insalubres, isso quando ainda o conseguiam. Com sua fé hostilizada, sua saúde diminuta e a alimentação geralmente precária, era esse o cenário em que o negro foi inserido e teve de lutar para sobreviver, e para isso, por muitas vezes, aceitando as duras

imposições dessa sociedade, na tentativa de se encaixar e ser entendido como parte da mesma.

A Umbanda, assim, surge como parte dessas mudanças sociais, mas, também, como resposta a necessidade dessa população marginalizada, como um porto seguro e de acolhimento, para que estes pudessem tratar não só as dores físicas, mas as de seu espírito, também, que ora foi destruído por diversas vezes por aqueles que não o viam e nem permitiam que o vissem como iguais.

Os estudos da Umbanda podem ser considerados novos na economia e, portanto, difíceis de ser encontrados, entretanto, essa monografia nos faz pensar não somente a cerca formação de uma religião, mas primordialmente, sobre quem é e quem foi o trabalhador brasileiro que se inseriu nesta, assim como as explorações sofridas por ele ao longo daquele período. Outros estudos podem ser feitos a cerca da Umbanda ou das afro-religiões no Brasil: a migração do negro para as Igrejas Pentecostais, ou ainda, as dificuldades encontradas nos períodos de ditadura no Brasil pelas religiões afrobrasileiras, são temas muito interessantes que poderão ser abordados em uma futura pesquisa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTO, Frei. Fidel e a Religião: Conversas com Frei Betto. 6ª ed. São Paulo (SP): Editora Brasiliense S.A., 1985. 379p.

CARDOSO DE MELLO, José Manuel. O capitalismo tardio. 11ed. Campinas (SP): Editora Unesp, 2009. 152p.

DECCA, Maria. Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930. 10 ed. São Paulo (SP): Atual, 1991. 86p.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 5ª ed. São Paulo (SP): Editora Globo, 2008. 439p.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34ª ed. São Paulo (SP): Companhia de Letras, 2007. 343p.

GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR. Economia brasileira contemporânea. 4ªed. São Paulo (SP): Atlas, 2002. 607p.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 55-74, novembro de 2000. < Tendências do pensamento brasileiro | Tempo Social (usp.br)> acesso em 14 de abril de 2022.

IBGE: Brasil: 500 anos de povoamento, Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE: Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IGBE, 2006.

IBGE: Estatísticas históricas do Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

LOBO, Eulalia et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares. Revista Brasileira de Economia. v. 25 n. 4 (1971) < https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/67> acesso em 13 de janeiro de 2022

MARX, Karl. A revolução antes da revolução. São Paulo: expressão popular, 2008.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Brasília: Câmara de Deputados, 2019. 203p.

OLIVEN, RG. Urbanização e mudança social no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. ISBN 978-85-7982-001-4. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>. acesso em 02 de janeiro de 2022.

ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira. 2ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1999. 216p.

PRADO JUNIOR, Caio. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL. 48ª reimpressão da 1 ed.. São Paulo (SP): Editora Brasiliense, 2008. 364p.

RAMOS, Eurico. Revendo o Candomblé: respostas às mais frequentes perguntas sobre a religião. Rio de Janeiro (RJ): Mauad X, 211. 120p.

RODRIGUES. Leôncio. Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. ISBN: 978-85-7982-022-9. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org > acesso em 10 de outubro de 2021.

SILVA, Marcelo. O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social. Estação Científica (UNIFAP), 2018 https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/3489> acesso em 18 de novembro de 2021.

SIMAS, Luiz. Umbanda: uma história do Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2021. 182p.

SOUZA, Leal. O espiritismo, a magia e as Sete Linhas de Umbanda. 3ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Fundamentos de Axé, 2019. 320p.

TRINTADE, Diamantino. História da Umbanda no Brasil. 1ª ed. Limeira (SP): Editora do Conhecimento, 2014. 570p.

XAVIER, Regina (Org.). Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo (SP): Alameda, 2012. 486p.